

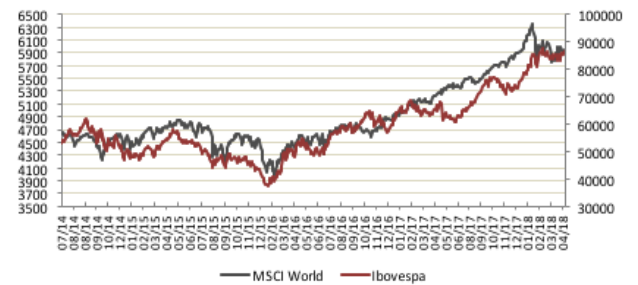


BOLETIM SEMANAL

sexta-feira, 27 de abril de 2018

BOLSAS

	Cotação	Semana	MTD	YTD
MSCI World - Dvlp, Net, TR	5935	-0,30%	1,41%	0,11%
MSCI ACWI	246	-0,51%	0,97%	0,00%
IBX	35608	0,96%	1,20%	12,63%
Ibovespa	86445	1,05%	1,26%	13,14%
NASDAQ	7120	-0,37%	0,80%	3,13%
S&P 500	2670	-0,01%	1,10%	-0,14%
EURO STOXX 50	3519	0,70%	4,68%	0,42%
TOPIX	1777	1,49%	3,55%	-2,22%
Shenzhen CSI 300	3757	-0,11%	-3,63%	-6,80%



RENDA FIXA

	Cotação	MTD	YTD
10Y Treasuries	2,96%	2,74%	2,41%
10Y Gilts	1,45%	1,35%	1,19%
10Y Bunds	0,57%	0,50%	0,43%
LTN 2018	6,16%	6,48%	6,94%
NTN-B 2020	2,97%	3,20%	3,87%
NTN-B 2024	4,48%	4,31%	5,01%
NTN-B 2050	5,24%	5,17%	5,45%



MOEDAS

	Cotação	MTD	YTD
BRL/USD	3,46	-4,63%	-4,44%
EUR/USD	0,82	-1,60%	1,03%
GBP/USD	0,73	-1,74%	1,95%
JPY/USD	109,06	-2,62%	3,22%

COMMODITIES

	Cotação	Semana	MTD	YTD
Ouro	1324	-1,05%	-0,40%	1,15%
Petróleo (WTI)	68	-0,58%	4,76%	12,55%
Petróleo (Brent)	74	0,54%	7,38%	11,35%
DJ UBS Commodities	183	-0,48%	2,33%	1,92%



ÍNDICES

	Semana	MTD	YTD
IMA-B5	0,09%	-6,47%	3,87%
IMA-B5+	-0,25%	-0,43%	5,48%
IRFM	-0,05%	0,39%	4,18%
FTSE NAREIT Developed	0,53%	0,29%	-3,89%



No Brasil, com o voto de desempate do ministro Gilmar Mendes, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 3 votos a 2 retirar do juiz Sérgio Moro, do Paraná – e transferir para a Justiça Federal em São Paulo –, trechos da delação de ex-executivos da construtora Odebrecht que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse, que estuda recorrer desta decisão. Por fim, destaca-se a divulgação da taxa de desemprego de março, a qual aumentou para 13,1%, pior resultado desde maio de 2017, e do IGP-M (MoM) de abril, o qual registrou alta de 0,57%, pouco acima do esperado de 0,54%.

Nos EUA, o Senado confirmou nesta quinta-feira Mike Pompeo como secretário de Estado do presidente Donald Trump, colocando o ex-diretor da CIA em uma função fundamental para lidar com desafios de políticas externas dos EUA, como a Coreia do Norte e o Irã. Enquanto estava no Congresso, Pompeo era um adversário ao acordo nuclear do Irã. Mas ele disse durante sua audiência de confirmação que está aberto a consertar, ao invés de encerrar, o pacto, que o Ocidente acredita ser a chave para evitar que o Irã tenha uma bomba nuclear. Além disso, o presidente da França, Emmanuel Macron, pediu aos Estados Unidos para não abandonarem um acordo nuclear com o Irã antes que se firme um pacto internacional mais abrangente que contemple todas as preocupações remanescentes dos EUA e da Europa a respeito do Irã. Trump prometeu diversas vezes retirar seu país do acordo nuclear de 2015 entre o Irã e seis potências mundiais. Ele decidirá até o dia 12 de maio se reativa sanções econômicas contra Teerã, o que pode ser um primeiro passo para encerrar o entendimento. Durante a visita de Macron os dois

líderes prometeram buscar medidas mais duras para refrear a República Islâmica, mas Trump não se comprometeu a permanecer no pacto negociado por seu antecessor, Barack Obama. Ainda nessa semana, foi divulgada a primeira leitura do PIB americano do primeiro trimestre, o qual marcou 2,3%, acima do esperado pelo mercado de 2%.

Nesta sexta-feira, Kim Jong Um se tornou o primeiro líder norte-coreano desde a Guerra da Coreia a pisar na Coreia do Sul depois de apertar a mão do presidente sul-coreano sobre um meio-fio de concreto que assinala a divisa na zona desmilitarizada altamente fortificada entre os dois países. O líder norte-coreano e o presidente sul-coreano, Moon Jae-in, se abraçaram depois de prometerem trabalhar pela “desnuclearização completa da península coreana”, pontuando um dia de sorrisos e apertos de mão durante a primeira cúpula intercoreana em mais de uma década.

Além disso, a chanceler alemã Angela Merkel visitará a Casa Branca e se reunirá com o presidente Trump, numa tentativa de mudar a posição do republicano em relação ao comércio internacional e o acordo nuclear com o Irã. A missão dela parece ser uma tentativa desesperada para mudar a decisão do magnata, algo que o presidente francês, Emmanuel Macron tentou, mas não teve sucesso. O encontro ocorre poucos dias antes do fim do período de isenção das tarifas da administração Trump sobre a importação de aço e alumínio, válido para países europeus até 1º de maio. A ideia de Merkel é pelo menos adiar o fim deste prazo. Por fim, foi divulgado o resultado preliminar do PIB britânico e do PIB francês, YoY, os quais registraram avanço de 1,2% e 0,3%.

Referências

Investing.com. Economic Calendar. Disponível em: <<https://www.investing.com/economic-calendar/>> Acesso em: 27 de abril de 2018

G1. Por 3 votos a 2, turma do STF tira do juiz Sérgio Moro trechos das delações da Odebrecht sobre Lula. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/gilmar-mendes-desempata-e-turma-do-stf-tira-de-moro-trechos-de-delacao-da-odebrecht-sobre-lula.ghtml>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Reuters. Moro decide manter condução de processo do sítio de Atibaia. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN1HX2XA-OBRDN>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Reuters. Macron diz que EUA não deveriam descartar acordo com Irã sem novo pacto. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1HW2Q8-OBRWD>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Reuters. Pompeo é confirmado como secretário de Estado pelo Senado dos EUA. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1HX317-OBRWD>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Reuters. Líderes das Coreias prometem trabalhar por fim da guerra e "desnuclearização completa" após cúpula histórica. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1HY18G-OBRWD>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Terra. Merkel visita Trump para tentar evitar 'guerra comercial'. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/merkel-visita-trump-para-tentar-evitar-guerra-comercial,fec124ef92e7cd9f1b521589aa8e9a18yjhk9iad.html>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Valor. Dodge estuda recorrer da decisão que tirou de Moro ações contra Lula. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5488891/dodge-estuda-recorrer-da-decisao-que-tirou-de-moro-acoes-contralula>> Acesso em: 27 de abril de 2018

Destaques de Conjuntura

Otimismo no longo prazo ainda é viável (Nilson Teixeira – 24/04/2018)

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia

* * *

A desesperança cresceu no Brasil e é bem visível no suposto crescimento do desejo de imigrar. Não é só uma vontade dos mais pobres em busca de melhores oportunidades. Não são apenas os ricos fugindo do quadro desfavorável e buscando países capazes de atender suas demandas. Mais e mais pessoas dizem que não ficariam no Brasil se fossem mais jovens. Como reflexo, é crescente o número de estudantes que desejam imigrar e cursar faculdade fora do país.

Essa sensação advém de escolhas erradas do país nas últimas décadas, desperdiçando o ambiente favorável proveniente do ciclo de commodities e do forte crescimento global. A distribuição de renda do país é uma das piores no mundo. O Brasil é mal classificado nos rankings de educação e de condições de negócios. A corrupção é alta e disseminada frente à de outras nações. A segurança é um grande problema e a solução não é trivial. O crescimento potencial da economia é reduzido, com o país ocupando as últimas posições nos comparativos internacionais sobre produtividade.

A taxa de investimento é baixa e a estagnação da infraestrutura é evidente. A economia local é muito fechada, com proteções setoriais antiquadas e de duração excessiva. O Estado tem um papel exagerado no setor produtivo. A regulação no Brasil é deficiente e sujeita a indicações de partidos políticos. As contas públicas estão desajustadas. O déficit primário é elevado, e não há perspectiva de reversão nos próximos anos. A alocação de recursos públicos é ineficiente, com os custos e benefícios dos programas existentes dificilmente avaliados. O sistema tributário é complexo em demasia, pouco transparente e repleto de privilégios para grupos de interesse, gerando uma carga tributária regressiva. O governo fracassou ao não aprovar mudanças na Previdência Social, mesmo que mínimas. A dívida pública se tornará insustentável, a menos que seja implementada nos próximos anos uma reforma previdenciária que elimine privilégios disseminados.

Desde o ano passado, o governo tem cedido em diversas áreas, desvirtuando as propostas de ajuste e retrocedendo no avanço da sua agenda. A exagerada ampliação de benesses para participação no Refis foi uma derrota, pois diminuiu ainda mais as penalidades de não cumprimento das obrigações tributárias no prazo. A derrubada do veto presidencial sobre a extensão dessas condições para o refinanciamento de dívidas tributárias de empresas no Simples e do setor agrícola estimula ainda mais a postergação do pagamento de impostos.

O Congresso não votou a MP 805, que postergava o reajuste dos salários do funcionalismo federal e aumentava a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%. Também não foi apreciada a MP 806, que estabelecia que os fundos exclusivos deixariam de ter o privilégio de pagamento de IR apenas no momento do saque de recursos, equiparando, assim, essa cobrança a dos demais fundos. A MP 808 que regulamentava vários pontos da Reforma Trabalhista expirou e, pelo visto, não será reeditada.

As idas e vindas sobre a desestatização da Infraero e de alguns aeroportos agregam incerteza sobre essa agenda. Finalmente, a retomada da cobrança de contribuição patronal sobre a folha de pagamentos de vários setores e as medidas relativas à capitalização da Eletrobras, que reduziria a participação do Estado no setor elétrico, também correm sério risco de não aprovação no Congresso este ano.

Para ultrapassar imensos desafios e reverter a enorme desesperança existente na sociedade, o Brasil precisa consolidar um projeto abrangente para o longo prazo. Apesar dos retrocessos recentes, o atual governo iniciou essa jornada em algumas frentes. O governo reduziu a expansão dos gastos obrigatórios, com a implementação de diversas medidas de caráter fiscalizatório. Ao mesmo tempo, os gastos discricionários foram controlados. Os parlamentares aprovaram uma reforma trabalhista bem mais ampla do que imaginado originalmente. A aprovação pelo Congresso da nova lei de exploração do petróleo, da regra que não permite o crescimento real dos gastos públicos federais e da lei das estatais, bem como a redefinição da regra de conteúdo nacional, são exemplos de avanços importantes.

Inegavelmente, a agenda econômica não é uma tarefa para um só governo. O próximo presidente, com o suporte dos votos obtidos na eleição, poderá dar passos decisivos na redução das enormes fragilidades

e deficiências da economia doméstica. Inicialmente, ele precisará convencer a população de que é necessário perseguir uma agenda de transformação. Isso não requer um presidente carismático, e sim um com experiência e capacidade de construir uma sólida e ampla base de apoio no Congresso.

O futuro governante precisará comunicar de forma clara, direta e firme que os ajustes não serão fáceis e muito menos indolores. Haverá perdas para a maioria no curto prazo. Caberá aos próximos governos promover os ajustes necessários, com os custos sendo direcionados, principalmente, sobre os mais privilegiados, de forma que os mais pobres não sejam ainda mais penalizados. Os ricos precisarão ceder para que o Brasil possa avançar.

Não é um pequeno número de mandatos presidenciais que determina o futuro de um país de forma definitiva. Isso não quer dizer, porém, que decisões erradas nesse período não possam gerar perdas irreversíveis para uma geração. A dinâmica da economia no Brasil nos últimos 50 anos comprova isso. A década de 1980, com crescimento médio do PIB per capita próximo a zero, foi perdida. A atual também segue nesse caminho. Se não houver uma grande transformação da economia nos próximos anos, a minha geração terá desperdiçado uma época incrivelmente benigna. Mas ainda há tempo para avançarmos. A próxima eleição presidencial será crucial para que possa haver uma reversão da indignação da sociedade e a recuperação do otimismo em relação aos anos vindouros.

Fonte: TEIXEIRA, Nilson. Otimismo no longo prazo ainda é viável. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5477261/otimismo-no-longo-prazo-ainda-e-viavel>> Acesso em 26 de abril de 2018

Why Is Bangladesh Booming? (Kaushik Basu – 23/04/2018)

Kaushik Basu, former Chief Economist of the World Bank, is Professor of Economics at Cornell University and Nonresident Senior Fellow at the Brookings Institution.

* * *

Bangladesh has become one of Asia's most remarkable and unexpected success stories in recent years. Once one of the poorest regions of Pakistan, Bangladesh remained an economic basket case – wracked by poverty and famine – for many years after independence in 1971. In fact, by 2006, conditions seemed so hopeless that when Bangladesh registered faster growth than Pakistan, it was dismissed as a fluke.

Yet that year would turn out to be an inflection point. Since then, Bangladesh's annual GDP growth has exceeded Pakistan's by roughly 2.5 percentage points per year. And this year, its growth rate is likely to surpass India's (though this primarily reflects India's economic slowdown, which should be reversed barring gross policy mismanagement).

Moreover, at 1.1% per year, Bangladesh's population growth is well below Pakistan's 2% rate, which means that its per capita income is growing faster than Pakistan's by approximately 3.3 percentage points per year. By extrapolation, Bangladesh will overtake Pakistan in terms of per capita GDP in 2020, even with a correction for purchasing power parity.

To what does Bangladesh owe its quiet transformation? As with all large-scale historical phenomena, there can be no certain answers, only clues. Still, in my view, Bangladesh's economic transformation was driven in large part by social changes, starting with the empowerment of women.

Thanks to efforts by the nongovernmental organizations Grameen Bank and BRAC, along with more recent work by the government, Bangladesh has made significant strides toward educating girls and giving women a greater voice, both in the household and the public sphere. These efforts have translated into improvements in children's health and education, such that Bangladeshis' average life expectancy is now 72 years, compared to 68 years for Indians and 66 years for Pakistanis.

The Bangladesh government also deserves credit for supporting grassroots initiatives in economic inclusion, the positive effects of which are visible in recently released data from the World Bank. Among Bangladeshi adults with bank accounts, 34.1% made digital transactions in 2017, compared to an average rate of 27.8% for South Asia. Moreover, only 10.4% of Bangladeshi bank accounts are "dormant" (meaning there were no deposits or withdrawals in the previous year), compared to 48% of Indian bank accounts.

Another partial explanation for Bangladesh's progress is the success of its garment manufacturing industry. That success is itself driven by a number of factors. One notable point is that the main garment firms in Bangladesh are large – especially compared to those in India, owing largely to different labor laws.

All labor markets need regulation. But, in India, the 1947 Industrial Disputes Act imposes heavy restrictions on firms' ability to contract workers and expand their labor force, ultimately doing more harm than good. The law was enacted a few months before the August 1947 independence of India and Pakistan from British imperial rule, meaning that both new countries inherited it. But Pakistan's military regime, impatient with trade unions from the region that would become Bangladesh, repealed it in 1958.

Thus, having been born without the law, Bangladesh offered a better environment for manufacturing firms to achieve economies of scale and create a large number of jobs. And though Bangladesh still needs much stronger regulation to protect workers from occupational hazards, the absence of a law that explicitly curtails labor-market flexibility has been a boon for job creation and manufacturing success.

The question is whether Bangladesh's strong economic performance can be sustained. As matters stand, the country's prospects are excellent, but there are risks that policymakers will need to take into account.

For starters, when a country's economy takes off, corruption, cronyism, and inequality tend to increase, and can even stall the growth process if left unchecked. Bangladesh is no exception.

But there is an even deeper threat posed by orthodox groups and religious fundamentalists who oppose Bangladesh's early investments in progressive social reforms. A reversal of those investments would cause a severe and prolonged economic setback. This is not merely a passing concern: vibrant economies have been derailed by zealotry many times throughout history.

For example, a thousand years ago, the Arab caliphates ruled over regions of great economic dynamism, and cities like Damascus and Baghdad were global hubs of culture, research, and innovation. That golden era ended when religious fundamentalism took root and began to spread. Since then, a nostalgic pride in the past has substituted for bold new pursuits in the present.

Pakistan's history tells a similar tale. In its early years, Pakistan's economy performed moderately well, with per capita income well above India's. And it was no coincidence that during this time, cities like Lahore were multicultural centers of art and literature. But then came military rule, restrictions on individual freedom, and Islamic fundamentalist groups erecting walls against openness. By 2005, India surpassed Pakistan in terms of per capita income, and it has since gained a substantial lead.

But this is not about any particular religion. India is a vibrant, secular democracy that was growing at a remarkable annual rate of over 8% until a few years ago. Today, Hindu fundamentalist groups that discriminate against minorities and women, and that are working to thwart scientific research and higher education, are threatening its gains. Likewise, Portugal's heyday of global power in the fifteenth and sixteenth centuries passed quickly when Christian fanaticism became the empire's driving political force.

As these examples demonstrate, Bangladesh needs to be vigilant about the risks posed by fundamentalism. Given Prime Minister Sheikh Hasina's deep commitment to addressing these risks, there is reason to hope for success. In that case, Bangladesh will be on a path that would have been unimaginable just two decades ago: toward becoming an Asian success story.

Fonte: BASU, Kaushik. Why Is Bangladesh Booming? Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/bangladesh-sources-of-economic-growth-by-kaushik-basu-2018-04/english> > Acesso em 26 de abril de 2018.

DISCLAIMER

O presente material é meramente informativo, genérico e não configura consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento, instrumento ou produto específico em qualquer jurisdição ou mercado, nacional ou internacional. Embora as informações e opiniões aqui expressas tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé quando da publicação, estas não foram independentemente conferidas ou validadas e nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. A Pragma Gestão de Patrimônio Ltda (“Pragma”) não se responsabiliza pela publicação acidental de dados incorretos e as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitas a alteração, reprocessamento e/ou reprecificação sem aviso prévio. As matérias, artigos, relatos e entrevistas contidos neste documento e em seus anexos são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento da Pragma. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura nem consiste em declaração, promessa ou garantia, de forma expressa ou implícita, de rentabilidade. Este documento não pode, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizado, divulgado, alterado, impresso ou copiado, total ou parcialmente, sem prévia autorização da Pragma tampouco poderá ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde sua divulgação ou uso seja contrário às leis ou regulamentos vigentes ou em que o recipiente do documento não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços, opiniões ou análises deste material. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante solicitação.